

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – A Sustentabilidade das Cidades	5
1.1 A evolução do conceito de sustentabilidade.....	14
1.2 A sustentabilidade das cidades no cenário regulatório internacional..	17
1.3 As pandemias, guerras e revoluções como fatores determinantes na formação do território e no surgimento e crescimento das cidades brasileiras	23
1.4 A exploração dos recursos naturais e a produção industrial como fatores para a formação das cidades de acordo com os interesses econômicos.....	33
1.5 A sustentabilidade no ordenamento jurídico pátrio – o obrigatório diálogo das fontes.....	39
1.5.1. A Sustentabilidade na Constituição da República Federativa do Brasil	41
1.5.2. A Sustentabilidade na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente.....	43
1.5.3. A Sustentabilidade no Código de Defesa do Consumidor.....	44
1.5.4. A Sustentabilidade na Lei de Licitações e Contratações Públicas	45
1.5.5. A Sustentabilidade na Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos	46

1.5.6. A Sustentabilidade na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.....	47
1.5.7 A Sustentabilidade na Lei do Bioma da Mata Atlântica.....	49
1.5.8. A Sustentabilidade na Lei de Política Nacional do Saneamento Básico	52
1.5.9. A Sustentabilidade por meio da Lei n. 11.888/08	54
1.5.10. A Sustentabilidade na Lei de Política Nacional sobre Mudanças Climáticas	55
1.5.10.1 A Sustentabilidade no Planejamento Urbano e a sua Importância Frente às Mudanças Climáticas.....	57
1.5.11 A Sustentabilidade na Política Nacional de Resíduos Sólidos ...	63
1.5.12. A Sustentabilidade na Lei de Mobilidade Urbana	63
1.5.13 A Sustentabilidade no Estatuto da Cidade e o Direito às Cidades Sustentáveis	64
1.5.13.1 As diretrizes da Política Urbana no Estatuto da Cidade...70	
1.5.14. A Sustentabilidade na Medida Provisória no Programa Casa Verde e Amarela.....	75
1.5.15 A Sustentabilidade na Lei do Parcelamento do Solo.....	77
1.5.16 A Sustentabilidade na Lei do Licenciamento Ambiental	77
1.5.17 A Sustentabilidade na Política Nacional de Interesse Social.....	78
1.6 As dimensões de sustentabilidade	79
1.6.1 A Dimensão Ambiental	80
1.6.2 A Dimensão Econômica	81

1.6.3 A Dimensão Ética.....	84
1.6.4 A Dimensão Jurídico-Política.....	88
1.6.5 A Dimensão Social.....	89
1.6.6 A Dimensão Tecnológica.....	94
1.7 A sustentabilidade como condicionante da política pública do ordenamento territorial.....	97
Capítulo 2 – Os Aspectos Legais da Regularização Fundiária Urbana....	103
2.1 O crescimento desordenado nas cidades informais	106
2.2 A normatização da regularização fundiária na lei n. 13.465/17... ..	114
2.2.1 Os Objetivos da REURB	116
2.2.2 A Caracterização do Núcleo Urbano Informal	118
2.2.3 As Espécies de REURB	121
2.2.4 O Procedimento de REURB	124
2.2.4.1 A Certidão de Regularização Fundiária.....	127
2.2.5 O Projeto de REURB	128
2.2.6 A Responsabilização Civil, Criminal e Administrativa	132
2.3 A regularização fundiária em área de preservação permanente....	138
2.3.1 O Conceito de Meio Ambiente e das Áreas de Preservação Permanente.....	142
2.3.2 Breve Histórico da Proteção Jurídica das Margens de Cursos de Água na Legislação Brasileira	144
2.3.3 A Aplicação do Código Florestal em Espaço Urbano.....	150

2.3.3.1. O suposto conflito da Lei do Parcelamento do Solo Urbano e o Código Florestal (art. 2º da Lei n. 4.771/65 – atual art. 4º da Lei n. 12.651/2012).....	150
2.3.4 As Exceções à Regra Geral de Vedação de Interferência nas APPs previstas no Código Florestal - Ênfase nas Margens dos Cursos de Água	158
2.3.5 A Lei 14.285/2021 e o possível efeito Cama de Procusto	163
2.3.5.1 A Lei 14.285/21 e a REURB em APP	169
2.3.5.2 A Existência de Norma Prévia Regulamentando o Uso do Solo	172
2.3.5.3 A Restrição de seus Efeitos à Área Demarcada como Efetivamente Consolidada Mediante Estudo Prévio de Identificação	173
2.3.6 O Estudo Técnico Socioambiental previsto no Código Florestal	175
2.3.7 A Identificação do Risco de Desastres nas Margens de Curso de Água na Área Objeto da REURB.....	179
2.3.7.1 As principais normativas e as políticas públicas que tangenciam o risco de desastres	183
2.3.7.2 O risco de desastres na REURB em APP.....	190
2.3.7.3 Identificação das áreas de risco de desastre e das medidas cabíveis para eliminar, corrigir ou administrar – requisito para a sustentabilidade da REURB.....	194
2.3.8 O Poder Legiferante Municipal	199
2.3.9 A Súmula 613 STJ: Não Aplicação da Teoria do Fato Consumado em Direito Ambiental – (In) Viabilidade da REURB em APP	203

Capítulo 3 – A Regularização Fundiária Urbana nas Áreas de Preservação Permanente à Luz da Sustentabilidade 209

- 3.1 A autonomia municipal por meio de norma para fixar a espécie de reurb e os novos parâmetros legais sustentáveis - os elementos necessários212
- 3.2 Dever da administração pública em regularizar de forma sustentável – prudência na heurística e a necessidade do cumprimento dos requisitos legais: técnicos e procedimentais216
 - 3.2.1 A Criação de um Portal da Transparência da Regularização Fundiária Urbana 220
- 3.3 O cronograma para a implantação da infraestrutura essencial, de equipamentos comunitários e de melhoria habitacional, de forma a garantir a dignidade da pessoa humana por meio da efetividade dos direitos sociais..... 220
- 3.4 O uso do geodireito (cartografia geotécnica como fonte do direito)...232
 - 3.4.1 A Aplicabilidade do SIG na atuação das Promotorias de Justiça.....237
 - 3.4.1.1 A Confrontação da Atividade do Empreendimento com a respectiva Identificação do Zoneamento por meio do uso do Sistema Municipal237
 - 3.4.1.2 A Análise do Projeto e do Estudo Técnico Socioambiental para fins de REURB em APP 238
 - 3.4.1.3 O Uso do SIG para identificar o Marco Ocupacional do Núcleo Urbano Informal para fins de REURB e da Consolidação da Atividade Agrossilvipastoril em APP Rural239
 - 3.4.1.4 A Reserva Legal e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) ...240

3.4.1.5. O Parecer Extrajudicial em Registro de Parcelamento do Solo.....	241
3.4.1.6 A Definição da Divisa de Municípios.....	242
3.4.1.7 O Geoprocessamento e a Identificação de Construções Clandestinas em Desrespeito às Normas Ambientais e Urbanísticas.....	243
3.5 O geodireito – sistemas de informação geográficas.....	244
3.6 A necessidade da consolidação do núcleo urbano informal.....	246
3.7 A fixação de marco temporal ocupacional para caracterização do núcleo urbano informal consolidado e possibilitar a permanência.....	249
3.8 A obrigatoriedade do estudo técnico socioambiental – fixação dos limites mínimos de distância do curso de água e das medidas a serem adotadas para a melhoria da sustentabilidade.....	255
3.9 A análise do risco de desastre e as implantações de soluções técnicas eficazes.....	262
3.10 A assistência técnica pública e gratuita para projeto, reforma e regularização fundiária de interesse social	274
3.11 A sustentabilidade como diretriz vinculante para a coexistência da lei n. 13.465/17 e da súmula 613 do STJ.....	278
3.12 O exercício do poder de polícia e a atuação fiscalizatória nas ocupações ilegais.....	284
3.13 O uso correto dos institutos jurídicos.....	289
3.14 A necessidade de mudança comportamental da conduta do indivíduo, da sociedade, do setor empresarial e dos órgãos de representação de classe	291

3.14.1 Participação popular na tomada de decisões	294
3.15 A consensualidade e o estímulo a resolução extrajudicial de conflitos	297
3.16 A sistematização dos elementos e diretrizes de sustentabilidade para servir de vértice à REURB.....	301
3.17 A criação e estruturação de órgão ambiental capacitado nos municípios para as autorizações ambientais.....	304
3.18 Consideração das consequências práticas das decisões judiciais e administrativas e de controladoria	307
3.19 Outros elementos da sustentabilidade da REURB com base no ordenamento jurídico pátrio	309
Capítulo 4 – A Atuação do Ministério Público para a Sustentabilidade da Regularização Fundiária Urbana em Áreas de Preservação Permanente.....	313
4.1 O ministério público na defesa do meio ambiente urbano e seus instrumentos de atuação.....	314
4.1.1. O Inquérito Civil.....	319
4.1.2 O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta....	320
4.1.2.1 A Inclusão de Cláusulas Para Garantir o Cumprimento das Obrigações – Imposição de Garantias Reais e Fidejussórias	324
4.1.2.2 A Comunicação às Certificadoras	326
4.1.2.3 A Fixação de Multa Pessoal	327
4.1.2.4 O Dever de Contratar Seguro.....	328

4.1.2.5 A Comunicação Periódica sobre o Cumprimento das Obrigações	331
4.1.2.6 O Negócio Jurídico Processual.....	332
4.1.3 O Procedimento Administrativo de Fiscalização do TAC	334
4.1.4 A Execução do TAC de acordo com o CPC	334
4.1.4.1 A Aplicação das Medidas para o Resultado Prático Equivalente ao Adimplemento – Providências Indutivas, Coercitivas ou Mandamentais	337
4.1.4.2 As Medidas Sub-rogoratórias.....	340
4.1.4.3 A Multa por Ato Atentatório à Dignidade da Justiça....	341
4.1.4.4 As Astreintes Fixadas pelo Magistrado.....	343
4.1.4.5 O Bloqueio de Verbas Públicas.....	345
4.2 A hermenêutica de equilíbrio e a atuação homeostática do ministério público à luz da sustentabilidade	346
4.3 O uso eficaz dos instrumentos jurídicos à disposição do MP para a sustentabilidade da REURB	354
4.3.1 As Medidas Para a Adequação do Exercício Regular do Poder de Polícia Administrativo: Fiscalização Municipal	355
4.3.2. Os Proponentes da REURB	357
4.3.3 Os Reflexos Cíveis e Criminais.....	358
4.3.4. A Instauração de Procedimento Administrativo para Acompanhamento da Política Pública da REURB.....	359
4.3.5 A Fiscalização da Efetividade da Política Pública da REURB por meio de Recomendação	363

4.3.6 O TAC Para a Promoção da REURB.....	367
4.3.7 A ACP para a Promoção da REURB	371
4.3.8 O Processo Estrutural.....	376
4.3.9 A Litigância e a Consensualidade Climática	382
4.3.10 A ACP em face de Projeto de Lei Municipal de REURB contrária à Legislação em vigor	393
4.3.11 ACP com pedido de Tutela de Evidência e os Efeitos dos Pedido Expresso previsto no art. 74 da Lei da REURB – Fundamento da Tutela de Evidência para o Reconhecimento Imediato em Decisão Judicial Específica que impeça a REURB	395
4.4 O reordenamento urbano e a melhoria ambiental como condicionante da transação penal, suspensão condicional do processo e do ANPP	397
4.4.1 A Relevância do Poder Geral de Cautela nas Investigações de Crimes Urbanísticos e Ambientais	400
4.5 A atuação sustentável por meio do uso de banco de dados e dos sistemas de informações geográficas	403
4.5.1 A Atuação do Ministério Público na Tutela do Direito Ambiental e Urbanístico por meio dos Sistemas de Informações Geográficas	407
4.5.1.1 A garantia constitucional de acesso aos bancos de dados e sistemas de informação geográfica pelo Ministério Públio para a defesa do meio ambiente	408
4.5.1.2 Os Sistemas de Geoprocessamento Corporativo do Municípios	411

4.6 Responsabilidade direta dos agentes públicos municipais, respeito ao urbanismo biomórfico e uso do geodireito – sistemas de informação geográficas	412
4.6.1 O Geodireito como Instrumento para a Construção da Justiça Territorial e Socioecológica.....	417
4.7 Os sistemas de informação geográfica à disposição do ministério público.....	423
4.7.1 O Portal do Promotor de Justiça - MP em Dados	424
4.7.2 O Centro de Apoio Operacional Técnico (CAT).....	425
4.7.3 Experiências da Geoinformação para a Justiça Territorial e Ecológica	428
4.8 O posicionamento do CSMP como diretriz de atuação.....	433
4.8.1 Precedentes do CSMP/MPSC e os reflexos dos Institutos de Justiça Penal Negocial no TAC.....	434
4.9 O plano geral de atuação do mp: a defesa da ordem ambiental-urbanística como prioridade da instituição	439
4.10 Os enunciados de delimitação de áreas de preservação permanente em núcleos urbanos informais consolidados do MPSC	440
4.11 Articulação para atuação em relação às mudanças climáticas	444
4.11.1 Da Ira dos Deuses ao Desafio Climático: uma Reflexão sobre Responsabilidade e Ação	447
4.12 A atuação do ministério público na política pública de prevenção do risco de desastres	449
4.13 Tabelas de conferência/check list reurb em APP	450

4.14 O MP como interlocutor dos setores envolvidos.....	451
4.14.1 Os Serviços e Meios de Acesso ao MP.....	452
4.14.2 As Audiências Públicas.....	452
4.14.3 Os Protocolos de Intenções e os Termos de Cooperação Técnica.....	453
4.14.4 A Mediação.....	456
4.15 O poder da comunicação - o efeito da mídia sobre o ordenamento urbano, os parcelamentos e as construções ilegais.....	457
4.15.1 A Comunicação Institucional do MPSC.....	458
4.15.2 A Comunicação Jornalística - Mídia Externa.....	460
Capítulo 5 – Reflexões.....	465
5.1 Do martírio de Sísifo ao suplício de Tântalo.....	465
5.2. Aforismos.....	469
5.3 A sustentabilidade é	473
5.3.1 A Sustentabilidade integrada é... ..	475
5.4 A terra é verde	477
5.5 O desenvolvimento sustentável e seus oximoros.....	480
5.6 A força das palavras - justiça territorial e socioecológica exigem as proparoxítonas.....	482
Considerações Finais.....	485
Glossário.....	493
Referências das Fontes Citadas.....	501